

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL
data 08 / 01 / 99
cod QUD 000 60

CECÍLIA MARIA VIEIRA HELM
Avenida João Gualberto, 1435/41 - CEP 80030-001
Fone/Fax (041) 254-1914 - Curitiba - Paraná

Curitiba, 8 de dezembro de 1995

Breve notícia para o Instituto Socioambiental

A/C. Fany Ricardo
Av. Higienópolis, 901
CEP-01238-001 - São Paulo

Prezada Fani:

Conforme prometi, por telefone, em 7.12, estou enviando para voces um breve relato sobre as usinas hidrelétricas projetadas pela COPEL, para serem construídas na Bacia do rio Tibagi, Pr., e que irão, por certo, criar impactos para os povos indígenas Guarani e Kaingang que habitam áreas situadas, junto ao rio Tibagi.

Espero possa incluir no próximo número de Aconteceu sobre Povos Indígenas no Brasil, 91 / 95 e ou em Parabólicas, publicação do Instituto Socioambiental este meu relato.

Um abraço,
Cecília Maria Vieira Helm
Cecília Maria Vieira Helm

Notícia sobre " Novas UHs no estado do Paraná, na bacia do rio Tibagi, projetadas pelos engenheiros da COPEL (*) preocupam os Guarani e os Kaingang das Áreas Indígenas do norte do Paraná".

Ceília Maria Vieira Helm (**)

No estado do Paraná os povos indígenas Guarani e Kaingang estão recebendo os impactos ambientais e sociais de GPs, notadamente de hidrelétricas, como a Usina Salto Santiago, construída no rio Iguaçu 1 que afetou os Guarani da aldeia Palmeirinha do Iguaçu da Área Indígena Mangueirinha, situada a 400 Kms de Curitiba, junto a BR 373. Salto Santiago atingiu diretamente esses índios e suas casas e roças necessitaram ser (re)construídas em outro local, em uma "vila". Os Guarani não ficaram satisfeitos com a configuração da "vila" á beira da BR 373 e com os tipos de casas de tábuas construídas pela FUNAI/ELETROSUL. Retiraram-se para um local mais próximo do rio Iguaçu. Reergueram seus ranchos perto do rio e da mata de araucárias, de acordo com suas tradições. (Helm, Cecília 1994: 5-6).

A nosso ver seria da maior importância que a FUNAI/ELETROSUL construíssem um novo assentamento para os Guarani, em local apropriado e de acordo com seus interesses, organização social e tradições.

A Binacional Itaipu criou impactos para os Guarani-Ñandeva do Ocoy / Jacutinga-Pr contemplados recentemente por um excelente Laudo Antropológico de autoria de Rubem T.Almeida. Foi elaborado por solicitação da Diretoria Brasileira que está empenhada em solucionar os problemas gerados para os Guarani do Ocoy, que anseiam há vários anos, por terras, a serem adquiridas nos dias de hoje pela Itaipu Brasileira, para minimizar tais problemas.

Os estudos de "inventário energético do rio Tibagi" (COPEL-1984) e a "reavaliação dos estudos sobre o rio Tibagi" (Copel-1994) têm como um de seus objetivos "as interferências dos reservatórios nas áreas indígenas". As UHs Cebolão e São Jerônimo, se construídas, irão afetar os índios das Áreas Apucarana e Barão de Antonina e é provável que os indígenas da Área Mocóca de Ortigueira também sejam impactados.

Com a finalidade de avaliar com rigor os estudos de impacto ambiental, a serem realizados por empresas de consultoria, o Instituto Ambiental do Paraná da Secretaria Estadual do Meio Ambiente, através de seu Programa de Impactos ambientais PIAB com o apoio do GTZ (da Alemanha), solicitou um estudo:

(*) A Companhia Paranaense de Energia Elétrica - COPEL, projetou a construção de 7 UHs na bacia do rio Tibagi, no estado do Paraná. Tanto o documento Rio Tibagi, Reavaliação dos Estudos do Inventário Energético, maio 1994, como a Proposta Técnica do Consorcio Intertechne- Leme- Engevix- Esteio, tratam em seu escôpo sobre "as interferências dos reservatórios nas áreas indígenas" (1994:2, 1995:P.T. I.28).

(**). Professora titular, Área de Antropologia UFPr e pesquisadora bolsista-CNPq.

1. Ver nosso trabalho : " Grandes Projetos Hidrelétricas e os Povos Indígenas, Kaingang e Guarani no Estado do Paraná, Brasil" apresentado no 48º Congresso Internacional de Americanistas, no Simpósio Povos Indígenas e Barragens: Impactos Ambientais e Sociais, Estocolmo, Suécia, 4-9 julho, 1994; 8 pgs.

"Implantação de Barragens e Índios no Estado do Paraná que estamos realizando há dois meses com o apoio do PIAB / GTZ / IAP / SEMA. O Projeto que ora coordenamos é integrado pelos antropólogos Prof^o. Sílvia Coelho dos Santos, Prof^a. Aneliese Nacke (da UFSC), Prof^a. Kimiye Tommasino (da UEL,Pr.) e Prof^o. Lúcio Tadeu Costa (da UEM,Pr) e por duas sociólogas do IAP, Noeme Moreira de Oliveira e Schirle M. dos Reis Branco.

O estudo apresenta 6 casos em investigação. Três tratam sobre as Áreas indígenas já afetadas e outros três sobre Áreas que poderão sofrer impactos, se os estudos de viabilidade das UHs projetadas pela COPEL para a bacia do Tibagi forem concretizados.

A equipe do projeto apoiado pelo IAP esteve neste mês em campo, realizando levantamentos e elaborando pequenas etnografias sobre cada área indígena localizada no rio Tibagi, que corre o risco de ser afetada.

Entrevistas foram feitas com lideranças indígenas e membros dos Conselhos Indígenas Regionais.

Os direitos dos povos indígenas assegurados pela CF de 1988 e pelo Estatuto do Índio foram reavivados em calorosas discussões dentro dos locais de reuniões das aldeias visitadas.

Por ocasião da pesquisa realizada na Área Apucarana (nov/dez.95), durante uma caminhada empreendida pela equipe do Projeto, desde a sede do Posto Indígena até o rio Apucarana (ver foto do "pari" de Cecília Helm que acompanha esta notícia), para observar um pari (armadilha de pesca secular dos Kaingang) armado na correnteza do rio pelo índio que servia de guia, foram feitos comentários sobre as possíveis alterações no ambiente, nos hábitos indígenas, se ocorrer a barragem. A mata preservada e as terras baixas junto ao rio, tão necessárias ao índio para sua reprodução física e cultural estarão ameaçadas de ficarem submersas. O índio, quando a equipe se aproximou do rio, entrou nas águas e foi constatar se haviam peixes dentro do pari. Ao retornar mostrou o feixe de peixes que iria garantir a sua refeição e de sua família dizendo: " Se ela (a COPEL) represa o rio vai acabar com nossos peixes, animais, com a mata dessa Área e . . . os índios vão morrer de saudades de tudo isto !!! " (Diário de campo Helm, C. 30.11.95)

Os trabalhos de campo ainda não foram completados e a interpretação das etnografias está sendo feita.

A nossa preocupação maior se refere ao futuro dessas populações que poderão vir a receber mais ações violentas engendradas pelos brancos. A perda de suas matas, a relação direta que estabelecem com o rio Tibagi (as representações que elaboraram sobre o rio) a escassez ou a mudança de sabor dos peixes e plantas que consomem, os animais as aves, as suas roças, a coleta de taquara para seus artefatos, tudo ficará na memória.

Restará uma enorme saudade, do tempo bom em que as grandes obras ainda não haviam chegado até suas aldeias, no norte do Paraná.

Continuará o índio Kaingang a armar o seu pari, na correnteza dos rios, notadamente no Tibagi, confiante na sua engenhoca, tão distinta das armadilhas (as barragens) que o branco constroe e que abalam a sua cultura?

Curitiba, 7 de dezembro de 1995

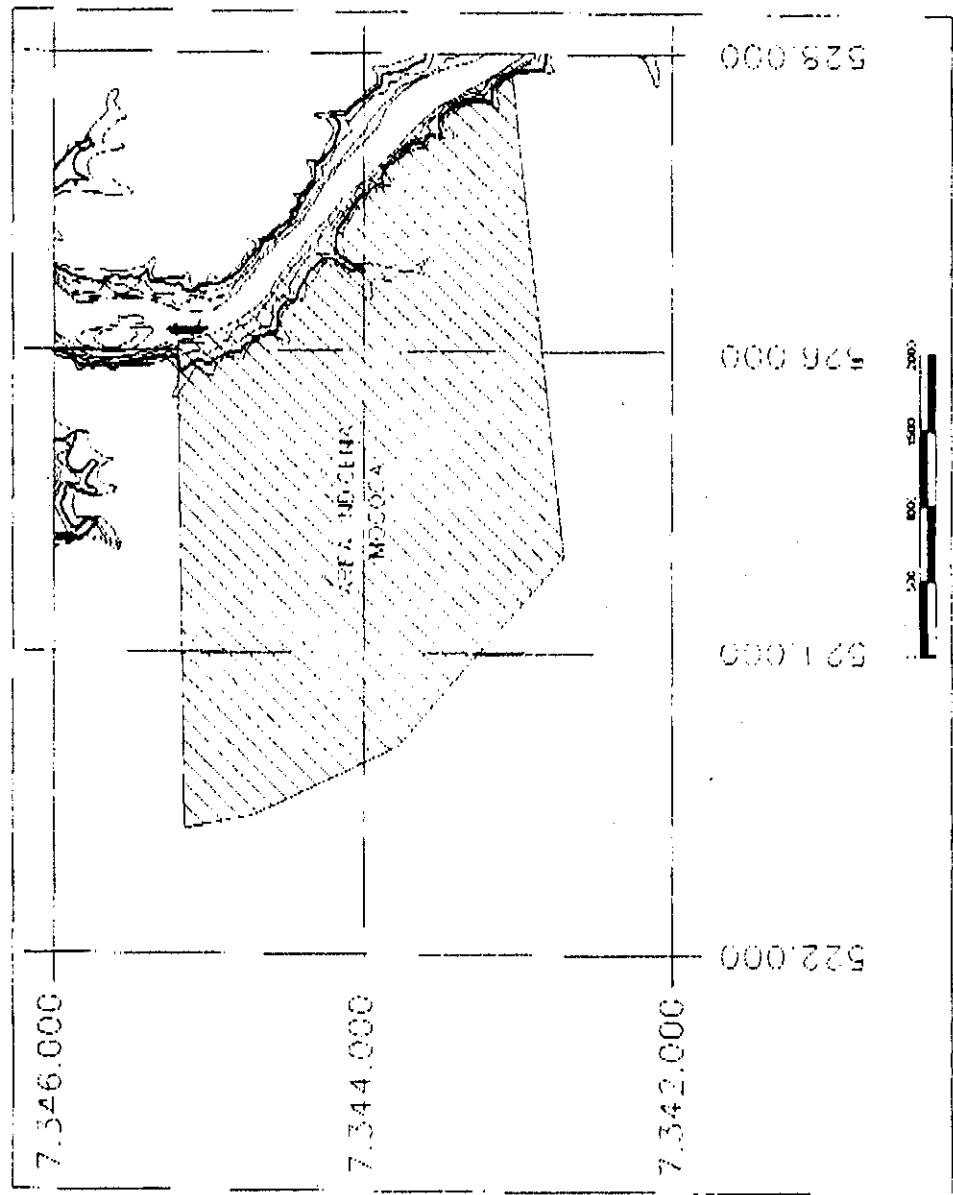
Cecília Maria Vieira Helm.

Cecília Maria Vieira Helm

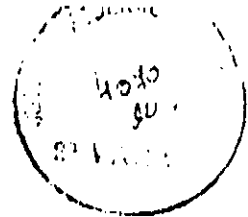
Coordenadora do Projeto: Implantação de hidrelétricas e índios no rio Tibagi,Pr.

a fany
de
Celia Salom.

4



Centro geográfico - P.R.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO PARANÁ

5

Exmo. Sr. Dr. Juiz Federal da 2ª Vara Federal - Curitiba PR

05/11/95
13:00

*Manifestação a
Funai
Em 17/08/95*

O Ministério Público Federal, por seu representante infra firmado, vem à presença de V. Exa, nos autos de Artigos de Oposição nº 00.33390-5, em que figura como oponente a **Fundação Nacional do Índio - FUNAI** e opostos **F. Slaviero & Filhos S/A** e outros, em atenção ao r. despacho de fls. 4066, entende que deve ser intimada a **FUNAI**, para que, em prazo razoável (30 dias), tendo em vista as peculiaridades de órgão público, deposite em Juízo a quantia definida a título de honorários periciais.

Apresenta ainda os quesitos abaixo, para serem respondidos pelos "experts":

1. Relatem os senhores Peritos, baseados em fontes históricas, a ocupação imemorial pelos Kaingang e Guaranis da área indígena de Mangueirinha, desde o período do então Serviço Nacional do Índio - SPI até a administração da Fundação Nacional do Índio - FUNAI;
2. Apresentem os senhores Peritos provas documentais sobre a ocupação e permanência dos indígenas na área em litígio e em todo o território tradicionalmente usufruído e necessário à sobrevivência física e cultural dos índios Guarani e Kaingang;



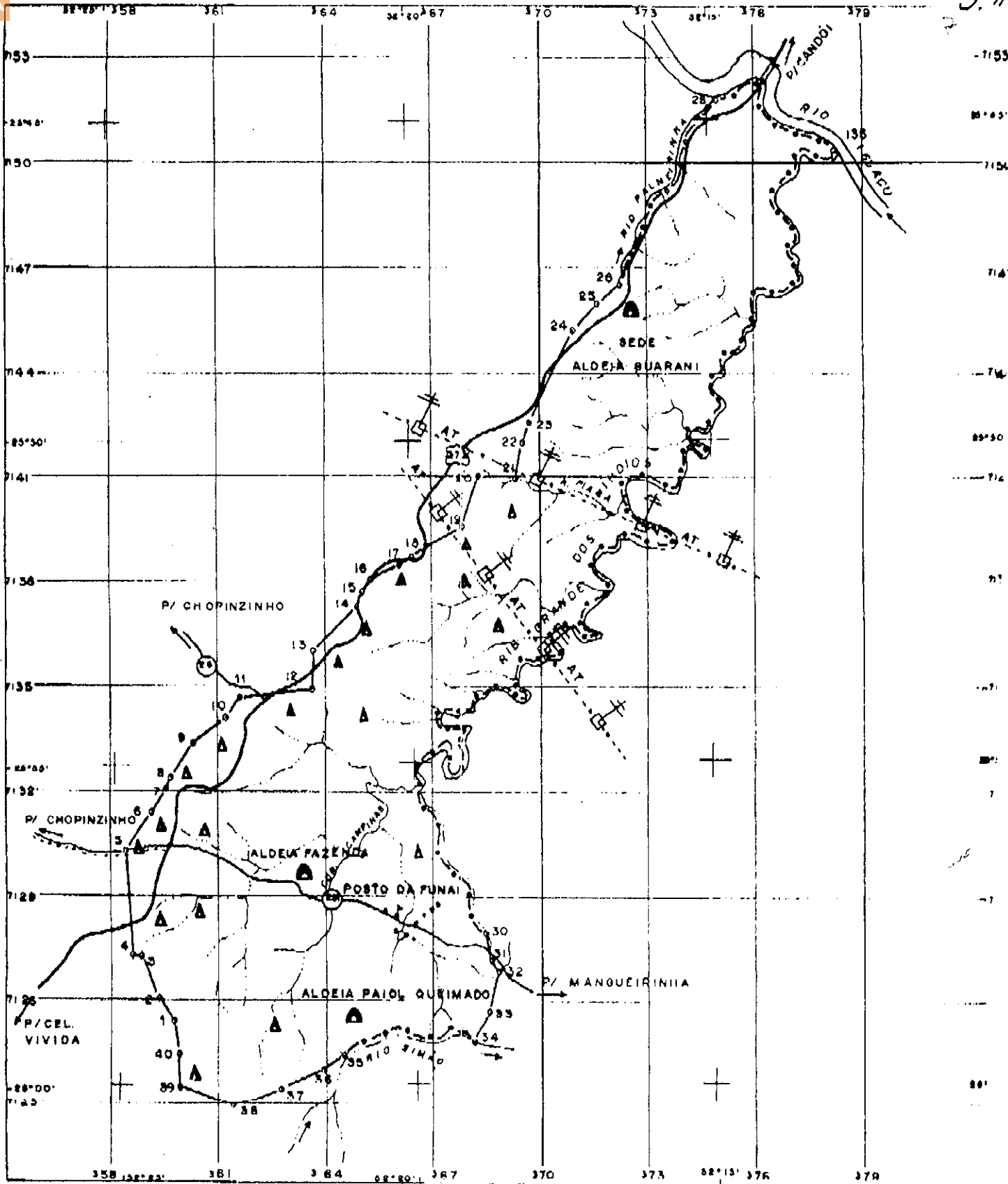
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO PARANÁ

10024
22
6

3. Demonstrem os senhores Peritos, através de levantamentos de genealogias, o provável parentesco entre a maioria das atuais famílias que habitam a área indígena de Mangueirinha com aquelas que os antigos censos do Serviço de Proteção aos Índios (Ministério da Guerra) registram nos seus documentos sobre os Kaigangs e Guaranis.
4. Apresentem, se possível, provas antropológicas e arqueológicas que evidenciem antigos caminhos e cemitérios na área indígena de Mangueirinha.


Curitiba, 11 de julho de 1995

Mário José Gisi
Procurador Regional da República



SINAIS CONVENCIONAIS

- ÁREA INDÍGENA IDENTIFICADA
- PONTO DEFINIDOR DO LIMITE
- ▲ MALOCA INDÍGENA E ALDEIA INDÍGENA
- EDIFICAÇÃO E ESCOLA
- AT LINHA DE ENERGIA ALTA TENSÃO
- ~ CURSO D'ÁGUA PERMANENTE
- ~ CURSO D'ÁGUA INTERMITENTE
- DIREÇÃO DE CORRENTE
- RODOVIA DE REVESTIMENTO SÓLIDO
- RODOVIA DE REVESTIMENTO SÓLIDO
- 132 PREFIXO RODOVIA FEDERAL
- 29 PREFIXO RODOVIA ESTADUAL



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI
 DIVISÃO DE ASSUNTOS FUNDIÁRIOS E PATRIMÔNIO INDÍGENA - D. I. S. U. E. R.

DENOMINAÇÃO: ÁREA INDÍGENA MANGUEIRINHA		PLANTA:	
SÍTIO PIMENTEIRA, CORONEL VIVIDA E MANGUEIRINHA		IDENTIFICAÇÃO	
UF: PARANÁ		ÁREA: 17.306,0776 ha	PERÍMETRO:
DESENHO: KATIA BOMFIM		ESCALA: 1:150.000	DATA: 18/12/90
DADOS CARTOGRAF.: MI-2551/4 - MI-2551/2 MI-2550/8 - MI-2550/3 MI-2551/1 - MI-2551/5		CONFERIDO: FLAVIO L. CORNÉ CHEFE/SERP	EXECUTANTE: SÉRGIO DE CAMPOS CHEFE/DAFI
VISTO:		SÉRGIO DE CAMPOS CHEFE/DAFI	

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL



- CONCLUSÃO -

Aos 28 de novembro de 1994
faço estes autos conclusos para o Juiz Federal da
2.ª Vara, para o prazo de 30 dias.

[Handwritten signature]

A perícia deferida envolve conhecimentos da área de antropologia e de arqueologia.

Assim, nomeio, para a primeira a antropóloga Dr^a CECILIA MARIA VIEIRA HELM (Av. João Qualberto nº 1435 - ap. 41 - fone 254.1914) e para a segunda o arqueólogo Dr. OLDEMAR BLASI (R. Visconde do Rio Branco, nº 1080, ap. 51, fone 222.7006), que deverão ser intimados para apresentarem suas propostas de honorários.

Defiro prazo de 30 dias para a realização da prova, contados do depósito, pela parte que a requereu, dos honorários periciais.

Intimem-se as partes para a indicação de assistentes e formulação de quesitos.

Curitiba, 28 de novembro de 1994

[Handwritten signature]

ANTÔNIO ALBINO RAMOS DE OLIVEIRA
Juiz Federal da 2ª Vara

- RECEBIMENTO -

Aos 28 de novembro de 1994
recebi estes autos conclusos para o prazo de 30 dias.

[Handwritten signature]

Usinas no Tibagi vão

Equipe inicia estudo sobre impacto que barragens de hidrelétricas causaria

Uma equipe de sociólogos, antropólogos e historiadores iniciou ontem os estudos, em campo, da viabilidade da construção de usinas hidrelétricas no rio Tibagi. Três das usinas a ser construídas no rio estão em áreas indígenas. Uma delas fica na reserva do Apucarantina, em Tamarana.

Na reunião entre os integrantes da equipe, foi abordado o impacto físico, biológico e sócio-econômico que uma hidrelétrica representa para comunidades indígenas. As outras duas usinas do projeto da Copel ficam na reserva de Barão de Antonina no município de São Jerônimo da Serra e na localidade de Natingui, em Ortigueira.

A socióloga da Universidade Estadual de Londrina, Kimyie Tommasino, integrante da equipe, afirma que uma população de aproximadamente 1.500 índios seria afetada com a construção das três hidrelétricas no Tibagi. Segundo ela, a maior população está na reserva do Apucarantina, com cerca de 700 índios. Cerca de 460 estão em Barão de Antonina e outros 300 em Natingui.

Kimyie estima que só em Apucarantina a construção da usina significaria uma perda em torno de 200 hectares de mata nativa, dos 6.500 hectares de toda a reserva. "O alagamento das terras altera toda a flora e fauna, com a perda de animais como o veado e o cateto, em extinção no Paraná", afirma.

A coordenadora da equipe, a antropóloga Cecília Helm, da Universidade Federal do Paraná, afirma que os prejuízos seriam inúmeros para a população de guaranis e kaingangas destas reservas no caso de uma hidrelétrica. O mais grave deles seria o sócio-cultural. Cecília cita o caso da pesca *no paris, uma tradição milenar* cultivada pelas comunidades indígenas e que seria impactada no caso da formação de um lago. A pesca *do paris* é feita nas corredeiras dos rios, usando uma armadilha de pedra com uma esteira de taquara. "Além da cultura, a própria alimentação seria prejudicada".

Edmore Michetti

Quinta-feira, 30 de novembro de 1995

atingir reservas

em Tamarana, São Jerônimo da Serra e Ortigueira

Outra perda com o alagamento, relatada por Cecília, são as plantas medicinais usadas pela comunidade indígena. "Isto tudo sem contar a relação que o índio tem com o rio Tibagi. Ele faz parte da mitologia indígena", diz.

A antropóloga recordou, ontem, dos problemas causados às comunidades indígenas de Foz do Iguaçu e Mangueirinha com a construção das hidrelétricas de Itaipu e Salto Santiago. Segundo

ela, o reassentamento das famílias não atenderam aspectos culturais. Cecília afirma que os índios foram colocados numa vila, como favelados, ao lado de uma estrada asfaltada. "A escola também fica na beira da estrada e isto tem provocado muitos acidentes e outros

problemas", lamenta. "Não existe um monitoramento aos índios". Ela cita ainda o caso da migração indígena registrada no local. Mesmo sem números em mãos, ela afirma que muitos migraram. "Na maioria das vezes as hidrelétricas causam problemas seríssimos às

comunidades indígenas".

A previsão das sociólogas da assessoria de avaliação de impacto ambiental de barragens da SEMA (Secretaria Estadual do Meio Ambiente) é que o estudo esteja concluído até o início de abril do próximo ano.

Ação na reserva vai impedir abusos

Para o CEDI

de Fany Ricardo

de Cecilia Helena

7. 12. 95.

PHONE NO. :

FROM :

Fiscais e policiais
querem evitar que a
área seja desmatada e
arrendada a estranhos

João Amorim Jr.

Uma ação envolvendo a Secretaria Estadual do Meio Ambiente, polícias Federal, Civil e Militar e a Funai está sendo feita na reserva indígena de Mangueirinha, para evitar os arrendamentos de terra a pessoas estranhas às tribos e também impedir a derrubada de madeira nativa.

A reserva, que abriga 343 famílias das tribos caingangue e guarani, tem 17 mil hectares e está compreendida entre os municípios de Mangueirinha, Chopinzinho e Coronel Vivida, no Oeste. Segundo o chefe do posto indígena e funcionário da Funai, Isaltino Silvério, "por muitos anos, pessoas estranhas aos índios arrendavam terrenos da reserva, promovendo a degradação da terra". "O objetivo do trabalho é evitar que os índios

cedam suas propriedades para este tipo de exploração", afirma.

Desmatamento

Hoje restam na área apenas 40% da mata original, que é ainda a maior reserva do mundo de Araucária angustifolia, o "pinheiro do Paraná". O chefe do posto da Funai informa que o prejuízo causado pelos "intrusos" não se limita apenas à natureza, mas também à cultura indígena.

"A perda da identidade cultural é sentida na área pela proximidade com as cidades, mas o projeto do governo tem por objetivo também recuperar e manter os costumes das tribos", explica.

Litígio

De acordo com Isaltino Silvério, da área de 17 mil hectares da reserva de Mangueirinha, 9 mil estão em litígio desde 1964. Naquela época, explica, o governo do Estado concedeu títulos de propriedade na área indígena a outras famílias. "O processo dura até hoje e muitas

pessoas estão requerendo os seus direitos. Mesmo assim, os índios continuam no local que lhes pertencia anteriormente e onde existem até cemitérios dos quais estão sepultados seus ancestrais", salienta.

Para buscar mais informações, técnicos da Funai e antropólogos da Universidade Federal do Paraná devem realizar uma perícia na região, na próxima semana, para tentar provar com subsídios históricos que os 9 mil hectares pertencem às tribos que lá habitam.

As equipes

Na operação para acabar com os arrendamentos, resgatar a identidade indígena e proteger a área de desmatamentos, trabalham três equipes da Polícia Florestal e cinco agentes da Polícia Federal.

Além disso, foi formada uma patrulha indígena com doze caingangues e guaranis, que serão treinados pela Polícia Florestal para manter constante vigilância nos limites da reserva de Mangueirinha.